**UNIVERSIDADE PASSO FUNDO – UPF**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – ECJ**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO– PPGD**

Nome do(a) Autor(a)

TÍTULO DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO

Passo Fundo, RS

ANO

Nome do(a) Autor(a)

TÍTULO DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado em Direito – da Escola de Ciências Jurídicas, da Universidade de Passo Fundo, em sua Área de Concentração Direito Estado e Sociedade, na Linha de Pesquisa Nome da Linha de Pesquisa.

Orientador(a): Digitar o nome do(a) orientador(a)

Coorientador(a): Digitar o nome do(a) coorientador(a)

Passo Fundo/RS

ANO

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO ...................................................................................................... 00

1.1 Mestrando ................................................................................................................. 00

1.2 Orientador ................................................................................................................. 00

1.3 Coorientador ............................................................................................................. 00

2 TEMA.........................................................................................................................00

3 TÍTULO PROVISÓRIO..............................................................................................00

4 PROBLEMA ................................................................................................................. 00

5 HIPÓTESE(S) ............................................................................................................... 00

6 OBJETIVOS ................................................................................................................. 00

6.1 Objetivo Geral ........................................................................................................... 00

6.2 Objetivos Específicos ................................................................................................ 00

7 PLANO PROVISÓRIO................................................................................................... 00

8 JUSTIFICATIVA ........................................................................................................ 00

9 REFERENCIAL TEÓRICO ......................................................................................... 00

10 METODOLOGIA ......................................................................................................... 00

10.1 Abordagem Metodológica ........................................................................................ 00

10.2 Procedimentos ........................................................................................................... 00

11 RESULTADOS ESPERADOS .................................................................................. 00

12 RECURSOS ................................................................................................................... 00

13 REFERÊNCIAS............................................................................................................ 00

14 ANEXOS ...................................................................................................................... 00

15 APÊNDICES ............................................................................................................... 00

**1 IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 Mestrando(a)**

Indique o nome do(a) mestrando(a). Descrever formação, titulação e vínculo institucional. Caso o(a) mestrando(a) possua bolsa para a realização dos estudos, indicar o nome da agência de fomento.

**1.2 Orientador(a)**

Indique o nome do(a) orientador(a). Utilizar a prefixo Prof.(a) Dr.(a) antes do nome. Descrever formação, titulação e vínculo institucional.

**1.3 Coorientador(a)**

Indique o nome do(a) coorientador(a). Utilizar a prefixo Prof.(a) Dr.(a) antes do nome. Descrever formação, titulação e vínculo institucional. A formação do(a) mestrando(a)/doutorando(a), orientador(a) e coorientador(a) deve ser interdisciplinar.

2 TEMA

O tema da pesquisa constitui o **ponto de partida** do projeto e deve ser apresentado de forma **clara, objetiva e delimitada**, evitando abordagens genéricas ou excessivamente amplas. É fundamental que se defina um **recorte específico dentro do campo jurídico**, que viabilize a aplicação de métodos científicos e a construção de uma análise rigorosa e fundamentada.

Além de expressar **relevância jurídica e social**, o tema deve estar **alinhado à *linha* e a um *projeto de pesquisa* do Programa de Pós-Graduação em Direito**, evidenciando afinidade com os referenciais teóricos e metodológicos da área. A vinculação temática com os eixos de pesquisa, como *“****Estado, Jurisdição e Inclusão Social****”* ou *“****Direito, Cidadania e Relações Sociais****”*, é essencial para o enquadramento acadêmico da proposta.

A delimitação do tema exige a **indicação de limites temporais, espaciais, normativos e conceituais**, de modo a assegurar a viabilidade investigativa e a coerência interna do projeto. Como orienta a literatura metodológica, o tema deve resultar de um processo reflexivo que considere os **interesses acadêmicos do pesquisador, a disponibilidade de fontes e dados**, e a **atualidade do debate teórico e prático** sobre o objeto escolhido.

Exemplo: *A proteção jurídica da pessoa idosa no contexto urbano brasileiro: o caso das políticas municipais de mobilidade em Passo Fundo/RS (2015-2025)*

A escolha do tema deve considerar os seguintes critérios:

* **Relevância científica, social e jurídica**;
* **Originalidade e atualidade da abordagem proposta**;
* **Acesso a fontes teóricas e empíricas adequadas**;
* **Articulação com os debates contemporâneos da linha de pesquisa escolhida**;
* **Conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente naquilo que se refere à promoção da justiça, à redução das desigualdades e à construção de instituições jurídicas mais inclusivas e eficazes.

Recomenda-se, ainda, que o(a) pesquisador(a) consulte a página institucional dos ODS da UPF para identificar quais objetivos estão mais próximos do seu tema de pesquisa: <https://www.upf.br/greenoffice/modulos-ods-projeto-ditts>

O tema, portanto, deve refletir um **problema jurídico específico e atual**, com potencial de contribuição para o debate científico, alinhado às diretrizes do Programa e aos desafios sociais contemporâneos.

3 TÍTULO PROVISÓRIO

O título do projeto deve operar como uma **síntese clara, precisa e informativa da proposta de pesquisa**, refletindo tanto a **delimitação temática** quanto os **recortes teóricos, temporais e espaciais** definidos ao longo do trabalho. Ainda que seja um dos últimos elementos a ser consolidado, recomenda-se que o pesquisador trabalhe com **versões provisórias desde as etapas iniciais do projeto**, ajustando-as progressivamente à medida que o estudo se estrutura.

Como afirma Eco (2002), um bom título já **antecipa o recorte da investigação**, revelando seus principais elementos constitutivos. Lakatos e Marconi (1989) complementam que, ao contrário do tema — que pode ser mais amplo —, o título deve ser **mais sintético e direto**, concentrando a **essência da proposta investigativa**.

Para cumprir essa função, o título provisório deve:

* Ser **claro e objetivo**, evitando termos vagos ou ambíguos;
* Indicar o **núcleo temático principal** e os **recortes escolhidos**;
* Estar **alinhado aos objetivos e à pergunta de pesquisa**;
* Ser **flexível**, permitindo ajustes ao longo da redação e execução do projeto.

**Exemplo de título provisório:** *A efetividade dos direitos fundamentais na jurisprudência do STF: uma análise crítica das decisões sobre saúde pública entre 2015 e 2025.*

4 PROBLEMA

A formulação do problema de pesquisa representa o **marco lógico e metodológico do projeto**, sendo responsável por orientar os objetivos, as hipóteses e a estratégia investigativa. No contexto da pesquisa jurídica aplicada, o problema não pode ser uma simples curiosidade ou inquietação genérica — deve decorrer da **identificação de uma lacuna normativa, teórica ou jurisprudencial**, e apresentar **potencial de contribuição concreta para o campo jurídico**.

A pergunta de pesquisa deve emergir de uma **situação-problema real e delimitada**, na qual haja uma tensão, contradição ou impasse ainda não suficientemente solucionado ou debatido pela doutrina e jurisprudência. Como destaca *Pesquisa Jurídica Aplicada* (2023), trata-se de identificar **um ponto cego do sistema jurídico**, cuja investigação seja viável, relevante e alinhada à linha de pesquisa do(a) mestrando(a).

Para isso, é necessário:

* **Definir o tema central e seu contexto jurídico-social**;
* **Delimitar o objeto de análise**, com recorte temporal, espacial e normativo;
* **Indicar o debate teórico-jurisprudencial pré-existente**;
* E, por fim, **formular a questão de pesquisa em forma interrogativa**, com clareza e objetividade.

**Exemplo de pergunta de pesquisa:** *Em que medida as decisões do Supremo Tribunal Federal, proferidas entre 2015 e 2025, têm assegurado a efetivação do direito à saúde como dimensão do princípio da dignidade da pessoa humana? ou Como o STF tem interpretado os limites do controle concentrado de constitucionalidade em matérias de ordem tributária, no período de 2015 a 2025?*

A pergunta central deve ser única, articulada com os objetivos da pesquisa e passível de ser respondida **a partir de dados normativos, empíricos ou jurisprudenciais**, por meio de método científico definido. Quando existirem outras dúvidas pertinentes, elas podem ser tratadas como **questões secundárias**, desde que compatíveis com a dimensão e viabilidade do projeto.

5 HIPÓTESE(S)

A hipótese é uma **proposição antecipada** que busca oferecer uma **resposta provisória ao problema de pesquisa**, a partir de uma **relação lógica e fundamentada** entre variáveis jurídicas, sociais ou institucionais. Trata-se de uma **afirmação testável**, formulada de forma clara e objetiva, cuja validade será verificada no decorrer do estudo.

De acordo com *Pesquisa Jurídica Aplicada* (2023), a hipótese não é apenas uma suposição, mas sim uma **ferramenta de direção da investigação**, devendo **estar intimamente vinculada ao problema formulado, aos objetivos da pesquisa e ao método adotado**. Sua função é estruturar o raciocínio científico e permitir o enfrentamento crítico da realidade pesquisada.

Para garantir sua consistência, a hipótese deve:

* Ser **redigida em forma de sentença declarativa**;
* Apresentar **clareza conceitual**, com base em definições operacionais e teóricas;
* Estar **ancorada em evidências preliminares** ou na literatura já consolidada;
* Ser **empiricamente verificável** com os instrumentos de coleta e análise de dados disponíveis;
* Ser **específica e objetiva**, evitando generalizações e termos subjetivos.

**Exemplo de hipótese:** *A jurisprudência do STF, no período de 2015 a 2025, tem contribuído para a concretização seletiva do direito à saúde, favorecendo demandas individuais em detrimento de políticas públicas estruturantes. Ou: O STF, ao ampliar a eficácia erga omnes de suas decisões em controle concentrado, contribuiu para a redução da segurança jurídica na esfera tributária*

Assim, a hipótese **funciona como elo entre o problema de pesquisa, os objetivos específicos e o percurso metodológico**, permitindo que a investigação seja conduzida com **coesão lógica e rigor analítico**, conforme orientam os modelos institucionais e a doutrina metodológica.

6 OBJETIVOS

O item de objetivos estabelece **o propósito central da pesquisa** e **os caminhos metodológicos para atingi-lo**, sendo construído a partir do problema de pesquisa. Essa seção deve ser dividida em **objetivo geral** e **objetivos específicos**, formulados com clareza, coesão e viabilidade investigativa.

* 1. Objetivo Geral

O objetivo geral representa **a finalidade ampla da pesquisa**, sendo formulado a partir da **problemática previamente delineada**. Sua função é transformar a questão central da investigação em uma **intenção clara, viável e investigável**, que sintetize o propósito do estudo.

Mesmo que haja certa repetição em relação à formulação do problema, o essencial é **definir, com precisão e concisão, o foco principal do projeto**, orientando as etapas subsequentes do trabalho. Trata-se de uma meta que guia todo o percurso investigativo e serve de base para a definição dos objetivos específicos.

Segundo Bastos e Keller (1996), o objetivo geral expressa **o que o pesquisador pretende alcançar com o desenvolvimento do estudo**, enquanto os objetivos específicos desdobram esse propósito em partes mais delimitadas, que podem inclusive estruturar os capítulos da pesquisa. Já Lakatos e Marconi (1989) destacam que o objetivo geral deve abranger **o significado profundo do tema** e das ideias que o fundamentam, articulando o conteúdo central com os fenômenos a serem analisados.

Para a redação adequada, recomenda-se que o objetivo geral:

* Seja iniciado com **verbos no infinitivo**, de caráter amplo e analítico, como *analisar, investigar, compreender, avaliar, discutir, estudar*;
* Indique, sempre que possível, **o objeto da pesquisa (o quê), seu universo de incidência (onde e quem)**;
* Apresente **clareza conceitual** e **viabilidade prática**.

**Exemplo:** *Analisar a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana nas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre políticas públicas de saúde entre 2015 e 2025.*

* 1. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem no **desdobramento do objetivo geral** em metas menores, concretas e operacionais. São etapas intermediárias que orientam o percurso da pesquisa e contribuem para a construção gradual da resposta à questão central.

Segundo Bastos e Keller (1996), os objetivos específicos podem, inclusive, **estruturar os capítulos do trabalho**, funcionando como uma base para a organização do sumário. Já Lakatos e Marconi (1989) ressaltam que esses objetivos possuem **caráter instrumental e aplicável**, permitindo que o conteúdo teórico seja examinado em contextos particulares.

Para que cumpram adequadamente sua função metodológica, os objetivos específicos devem:

1. Indicar **ações claras, viáveis e sequenciais** ao longo da pesquisa;
2. Ser redigidos com **precisão conceitual**, evitando generalizações;
3. Utilizar **verbos operacionais no infinitivo**, como: *identificar, analisar, verificar, compreender, examinar, avaliar, explicar, discutir, refletir*;
4. Estar logicamente **articulados ao objetivo geral**, mantendo coesão interna e foco temático.

**Exemplos de objetivos específicos:**

a) Apresentar os fundamentos conceituais e constitucionais do princípio da dignidade da pessoa humana;

b) Analisar o contexto normativo e jurisprudencial das decisões do STF sobre políticas públicas de saúde entre 2015 e 2025;

c) Verificar os argumentos jurídicos mais recorrentes na fundamentação das decisões relativas ao direito à saúde;

d) Avaliar em que medida essas decisões promovem ou restringem a efetividade dos direitos fundamentais;

e) Refletir criticamente sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na garantia dos direitos sociais em contextos de restrição orçamentária.

7 PLANO PROVISÓRIO

O plano provisório consiste em uma estrutura inicial de organização do trabalho acadêmico, servindo como um esboço do sumário da futura dissertação. Seu objetivo é apresentar, de forma lógica e coerente, a disposição preliminar dos capítulos e subcapítulos que serão desenvolvidos ao longo da pesquisa.

Ainda que sujeito a reformulações conforme o avanço da investigação, esse plano permite visualizar a trajetória argumentativa pretendida pelo pesquisador, orientando tanto a delimitação do tema quanto a escolha das fontes teóricas e metodológicas.

A construção do plano provisório deve estar alinhada com o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a hipótese e o referencial teórico adotado, refletindo o encadeamento das etapas analíticas necessárias para alcançar os resultados propostos.

Por fim, é importante ressaltar que o plano provisório não é um roteiro fixo, mas uma ferramenta de planejamento e organização científica que poderá ser aperfeiçoada à medida que o estudo evoluir.

8 JUSTIFICATIVAS

A justificativa é a seção em que o pesquisador explicita **a relevância teórica, prática e social da pesquisa**, respondendo à pergunta: *por que este estudo merece ser realizado?* Trata-se de apresentar os **motivos que fundamentam a escolha do tema**, destacando sua pertinência no contexto jurídico, sua atualidade e o potencial de contribuição ao debate acadêmico e à compreensão da realidade empírica.

Diferentemente do referencial teórico ou da revisão de literatura, a justificativa **não exige citações formais**, pois seu foco não é fundamentar conceitos, mas **demonstrar a importância do estudo proposto**. É o momento de argumentar em favor da pesquisa, com base na experiência do pesquisador, no conhecimento acumulado sobre o tema e na percepção das lacunas existentes no campo.

Para redigi-la adequadamente, recomenda-se que o pesquisador seja capaz de articular os seguintes elementos:

* A **finalidade da investigação** e o problema que ela busca enfrentar;
* Um **breve histórico do tema** e de sua relevância atual;
* As **motivações pessoais, institucionais ou sociais** que impulsionam a pesquisa;
* A **relevância acadêmica, jurídica, cultural, política, econômica ou social** do estudo.

Também é oportuno demonstrar que:

* A pesquisa está **alinhada com as demandas contemporâneas da sociedade** e com os desafios enfrentados pelas instituições jurídicas;
* Existem **lacunas teóricas ou práticas** que ainda não foram suficientemente exploradas;
* O estudo tem potencial de **oferecer novas abordagens, interpretações críticas ou soluções inovadoras** para questões relevantes.

Em síntese, a justificativa é o espaço para **convencer o leitor da viabilidade e da necessidade do projeto**, evidenciando que ele está bem fundamentado, inserido em um contexto pertinente e comprometido com a produção de conhecimento jurídico significativo.

9 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico constitui o alicerce conceitual da pesquisa e deve ser construído com base na leitura crítica e sistematizada da bibliografia já existente sobre o tema escolhido. Neste item, o pesquisador deve apresentar os **resultados do levantamento bibliográfico preliminar**, demonstrando domínio sobre os autores, conceitos e abordagens que sustentam a formulação do problema, das hipóteses e dos objetivos da pesquisa. Espera-se que o referencial teórico contemple autores nacionais e internacionais, aborde distintas correntes jurídicas e fundamente os conceitos centrais do projeto.

Trata-se de um momento decisivo para a **delimitação conceitual do objeto**, pois é com base nesse repertório que se estabelece a coerência metodológica e o rigor analítico do projeto. Assim, o referencial teórico deve:

* Identificar os principais **autores e correntes doutrinárias** que tratam da temática;
* Apresentar **conceitos fundamentais** que serão utilizados ao longo do trabalho;
* Indicar **perspectivas críticas e debates contemporâneos** relevantes para o campo do Direito;
* Apontar **lacunas teóricas, controvérsias ou insuficiências** que justificam a proposta de pesquisa;
* Articular a literatura selecionada com a **linha de pesquisa** do Programa e com o **problema investigado**.

Ainda que em fase inicial, o referencial teórico deve evidenciar o percurso intelectual já percorrido pelo pesquisador e suas **opções teóricas preliminares**, sempre com embasamento consistente. O uso adequado das **normas de citação e referência** indicadas no item “Referências” do projeto é indispensável para garantir a integridade acadêmica do texto.

Este item não deve ser confundido com a justificativa nem com a revisão bibliográfica final da dissertação: seu foco está em **explicitar as bases teóricas que sustentam o projeto e orientam a construção da análise**, servindo como mapa conceitual para o desenvolvimento do trabalho.

10 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa busca responder à pergunta “como?” (CORRÊA, s.d.), ou seja, como o pesquisador ou a pesquisadora irá proceder para alcançar os objetivos propostos e responder, de maneira fundamentada e rigorosa, às questões formuladas no problema de pesquisa. É nesse momento do projeto que se explicita, com maior nitidez, a inspiração epistemológica que orienta o trabalho. Embora essa perspectiva esteja presente desde a delimitação do tema e na formulação das hipóteses, é por meio das escolhas metodológicas que ela se manifesta de forma mais clara e operativa.

A metodologia, portanto, expressa não apenas uma escolha técnica, mas também um posicionamento teórico e epistemológico frente à realidade investigada. Ela revela os valores, a visão de mundo e os compromissos intelectuais do pesquisador ou pesquisadora, influenciando o recorte da realidade, o modo de formular as perguntas e as estratégias para interpretá-las.

Para fins de organização e clareza, a metodologia do projeto será apresentada em dois subitens: **(10.1) Abordagem metodológica** e **(10.2) Procedimentos e técnicas de coleta e análise de dados**.

**10.1 Abordagem metodológica**

Este subitem descreve a natureza epistemológica do projeto e o tipo de abordagem científica adotada. A depender do objeto e da proposta do estudo, poderá ser uma pesquisa qualitativa, quantitativa ou mista, com enfoque teórico, empírico, normativo, dogmático, crítico, interdisciplinar, entre outras possibilidades.

Deve-se explicitar aqui:

* A concepção de ciência assumida pelo pesquisador ou pesquisadora;
* A abordagem metodológica predominante (qualitativa, quantitativa, empírica, bibliográfica etc.);
* O tipo de pesquisa: exploratória, descritiva, explicativa, aplicada, documental, de campo, de caso etc.;
* A perspectiva teórica: jurídica dogmática, sociológica, crítica, hermenêutica, comparada, interdisciplinar etc.

Esse item deve evidenciar como a escolha metodológica se articula com o problema, os objetivos e a hipótese da pesquisa.

**10.2 Procedimentos e técnicas de coleta e análise dos dados**

Este subitem detalha os instrumentos práticos que serão utilizados para produzir, selecionar, coletar, organizar e interpretar os dados relevantes à investigação. De acordo com Pádua (1997), os principais recursos técnicos disponíveis para a coleta de dados incluem:

* pesquisa bibliográfica;
* pesquisa documental;
* entrevistas;
* questionários e formulários;
* observação sistemática;
* estudos de caso;
* relatórios e bases institucionais.

Essas técnicas podem ser utilizadas de forma combinada, desde que se mantenha a coerência com a abordagem geral do projeto.

O pesquisador ou a pesquisadora deve especificar:

* quais fontes serão utilizadas (ex: decisões judiciais, legislações, literatura especializada, documentos institucionais etc.);
* como os dados serão coletados e sistematizados;
* de que modo serão interpretados (ex: análise de conteúdo, análise normativa, análise crítica do discurso, jurisprudencial, estatística etc.);
* qual o período analisado e a justificativa para sua escolha;
* eventuais limites de campo, população ou fontes, se aplicável.

O detalhamento desses procedimentos reforça a confiabilidade do projeto e permite avaliar sua viabilidade metodológica, demonstrando o compromisso com o rigor da pesquisa científica.

**11 RESULTADOS ESPERADOS**

Este item tem como objetivo apresentar, de forma clara e objetiva, os principais produtos intelectuais, científicos e sociais que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Trata-se de uma antecipação dos efeitos esperados do estudo, a partir da aplicação da metodologia proposta e do enfrentamento das questões formuladas no problema de pesquisa.

Espera-se que a pesquisa:

* Contribua com o aprofundamento teórico e crítico sobre o tema abordado;
* Proporcione subsídios para o aprimoramento de políticas públicas, da atuação institucional ou da legislação vigente, quando aplicável;
* Produza conhecimento relevante e socialmente comprometido, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
* Promova diálogo com a comunidade acadêmica e jurídica, por meio de publicações, eventos e extensão universitária;
* Estimule o fortalecimento da linha de pesquisa do PPGD, reforçando sua inserção social e acadêmica.

Os resultados esperados devem guardar **coerência com os objetivos gerais e específicos**, assim como com os procedimentos metodológicos adotados, e podem incluir ainda produtos mensuráveis, como:

* Produção de artigos científicos;
* Organização de seminários ou oficinas;
* Elaboração de pareceres, manuais, guias ou relatórios técnico-jurídicos;
* Geração de indicadores ou categorias de análise para aplicação em outros contextos.

12 RECURSOS

Os recursos utilizados em um projeto de pesquisa referem-se aos meios técnicos, materiais e informacionais necessários para a execução das atividades previstas. Estão diretamente relacionados às escolhas metodológicas feitas pelo pesquisador ou pesquisadora, refletindo a coerência entre os objetivos propostos, o problema de pesquisa e os procedimentos adotados para coleta, tratamento e análise dos dados.

Dentre os principais **recursos técnicos**, destacam-se aqueles apontados por Pádua (1997), que incluem:

* **Pesquisa bibliográfica**, com base em livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais publicações relevantes para o referencial teórico;
* **Pesquisa documental**, com análise de normas jurídicas, jurisprudência, pareceres, atas, legislações nacionais e internacionais;
* **Estudos de caso**, especialmente úteis em abordagens qualitativas voltadas à compreensão de fenômenos jurídicos em contextos específicos;
* **Entrevistas**, preferencialmente semiestruturadas, quando aplicável, com operadores do Direito, gestores públicos, membros do Judiciário ou outras fontes qualificadas;
* **Análise de conteúdo**, quando se objetiva examinar discursos, decisões judiciais ou manifestações institucionais;
* **Análise de dados empíricos secundários**, quando disponíveis, extraídos de relatórios institucionais, dados do CNJ, IBGE, IPEA, STF ou outras fontes confiáveis.

Quanto aos **recursos materiais e operacionais**, incluem-se:

* Acesso às **bases de dados jurídicas e científicas**, como Biblioteca Digital Jurídica do STF, Scielo, Portal de Periódicos da CAPES, e repositórios institucionais;
* Uso de **softwares de organização e análise de dados**, tais como Excel, Atlas.ti ou NVivo, conforme a necessidade da pesquisa;
* Apoio logístico para deslocamentos, entrevistas ou consultas em instituições públicas, se aplicável;
* Estrutura física e tecnológica da Universidade de Passo Fundo (UPF), especialmente bibliotecas, laboratórios e salas de pesquisa vinculadas ao PPGD.

Todos esses recursos deverão ser utilizados com base em planejamento prévio e justificados à luz do **problema, hipóteses e abordagem teórico-metodológica adotada**, garantindo a viabilidade, a rastreabilidade e a qualidade científica da investigação.

13 REFERÊNCIAS

Todo o projeto deve ser escrito em fonte Times New Roman, tamanho 12. O espaçamento entre linhas é 1,5, o espaçamento entre parágrafos deve ser de 0 pt, o recuo do parágrafo 1,25cm.

As citações diretas com menos de três linhas são apresentadas no corpo do texto, entre aspas: “Citação direta com menos de três linhas. Citação direta com menos de três linhas” (Autoria, ano, p.). Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto do texto corpo do texto corpo. Citação direta com mais de três linhas deve ser feita conforme abaixo:

**Não coloque aspas para abrir e para fechar as citações em recuo. Esse recuo deve ser utilizado para citações diretas com mais de três linhas. Tamanho 10, recuo 4 cm. 18 pt antes e 18 depois**.. Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto (Autor, ano, p.).

Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto Corpo do texto corpo do texto corpo do texto.

Mais exemplos abaixo:

**Exemplo 1 – citação direta:**

“Poucos estudos têm sido realizados em países de renda baixa e média [...]” (Silva, 2019, p. 1). Importante: quando se tratar de mais de três autores, pode-se citar todos em ordem alfabética ou utilizar o et. al.:

"Biologia é o estudo da natureza" (Santos et al., 2023, p. 14)

"Biologia é o estudo da natureza" (Aluísio; Carlito; Ferreira; Santos, 2023, p. 14)

**Exemplo 2 – citação direta:**

Segundo Brody e Harnad (2004, slide 2, tradução nossa, grifo nosso), “o acesso aberto **maximiza e acelera** o impacto das pesquisas e, consequentemente, sua produtividade, progresso e recompensa”.

**Exemplo 3 – citação direta longa:**

[...] regularidade discursiva: a juventude não é só um signo nem se reduz aos atributos ‘juvenis’ de uma classe. As modalidades sociais de ser jovem dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional (das instituições) e do gênero. Há mais possibilidades de se ser ‘juvenil’ quando se é rico e homem. Mas, mesmo entre os pobres, é possível viver essa condição, através do acesso a outras modalidades, que não ao juvenil *massmediatizado*, nas suas relações com o bairro, com a família, com as instituições locais, com os avós, filhos, etc. (Barbiani, 2007, p. 145).

**Exemplo 4 – citação indireta:**

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Revuz (1982).

Ou A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1982).

**Exemplo 5 – citação de pessoa jurídica:**

“A promoção e proteção da saúde são essenciais para o bem-estar do homem e para o desenvolvimento econômico e social sustentável” (Organização Mundial da Saúde, 2010, p. xi).

**Exemplo 6 – Instituição governamental da administração direta:**

O mecanismo proposto para viabilizar esta concepção é o chamado Contrato de Gestão, que conduziria à captação de recursos privados como forma de reduzir os investimentos públicos no ensino superior (Brasil, 1995).

**Exemplo 6 – Fontes sem autoria ou responsabilidade, a indicação deve ser feita pelo título:**

E eles disseram “globalização”, e soubemos que era assim que chamavam a ordem absurda em que dinheiro é a única pátria à qual se serve e as fronteiras se diluem, não pela fraternidade, mas pelo sangramento que engorda poderosos sem nacionalidade (A flor [...], 1995, p. 4).

**14** **ANEXOS**

Os anexos consistem em materiais complementares ao corpo do texto do projeto, cujo conteúdo não foi produzido pelo autor, mas cuja inclusão é relevante para a fundamentação, ilustração ou comprovação de informações abordadas na pesquisa. Esses documentos devem ser utilizados com parcimônia e somente quando forem **imprescindíveis à compreensão, aprofundamento ou validação do trabalho proposto**.

Podem ser anexados, por exemplo:

* Leis, normas ou atos administrativos relevantes e não facilmente acessíveis;
* Jurisprudências integrais citadas na pesquisa;
* Tabelas estatísticas, mapas, gráficos ou dados empíricos utilizados na análise;
* Questionários, roteiros de entrevistas e outros instrumentos de pesquisa (quando aplicáveis);
* Imagens, recortes de documentos oficiais ou institucionais;
* Termos de consentimento livre e esclarecido (em pesquisas com pessoas).

Cada anexo deve ser identificado por um título e apresentado em página própria, precedido da palavra **Anexo**, seguida de uma letra (A, B, C...) e do respectivo título (ex.: *Anexo A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada*).

Importante destacar que **os anexos não substituem a argumentação no corpo do texto** e devem ser mencionados no desenvolvimento do projeto sempre que sua leitura for necessária para reforçar ou ilustrar determinada análise.

**15 APÊNDICES**

Os **apêndices** são documentos elaborados **pelo próprio autor da pesquisa**, inseridos ao final do projeto com a finalidade de **complementar, ilustrar ou detalhar aspectos do estudo** que, por sua natureza ou extensão, não devem compor o corpo principal do texto. São recursos auxiliares que contribuem para o entendimento do leitor, sem serem essenciais à compreensão central do projeto.

Diferenciam-se dos anexos justamente por sua autoria: enquanto os anexos reúnem materiais de terceiros, os apêndices são de elaboração original do pesquisador ou da pesquisadora.

Entre os exemplos de apêndices que podem ser incluídos, destacam-se:

* Quadros comparativos ou sínteses teóricas produzidas pelo autor;
* Tabelas explicativas organizadas a partir da leitura da bibliografia;
* Esquemas metodológicos;
* Rascunhos de roteiros de análise;
* Modelos de formulários, entrevistas ou questionários elaborados para o projeto;
* Instrumentos de categorização ou análise de dados empíricos.

Cada apêndice deve ser identificado por um título e apresentado em página própria, precedido da palavra **Apêndice**, seguida de uma letra (A, B, C...) e do respectivo título (ex.: *Apêndice A – Quadro Comparativo de Jurisprudências sobre o Tema*).

A inserção dos apêndices deve ocorrer apenas quando houver necessidade de documentar ou demonstrar a construção teórica e metodológica desenvolvida pelo próprio autor, sem comprometer a fluidez do texto principal.

**16 REFERÊNCIAS**

O alinhamento é à esquerda, o espaçamento entre linhas é simples e entre parágrafos é de 12 pt antes.

A lista de referências deve conter **todas as fontes citadas no texto** (incluindo doutrina, legislação, jurisprudência, tabelas e outros documentos relevantes). Além disso, recomenda-se utilizar como referência:

* a bibliografia recomendada pelos professores e professoras orientadores e das disciplinas;
* referências aos textos e artigos produzidos pelos professores e professoras orientadores, bem como de outros docentes, mestrandos e egressos do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade de Passo Fundo (UPF);
* ao menos **um artigo** publicado na *Revista Jurídica da UPF* (<https://seer.upf.br/index.php/rjd>) para fortalecer o vínculo institucional;
* **pelo menos uma dissertação** já defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da UPF sobre tema relacionado, disponível no repositório institucional (<http://tede.upf.br/jspui/browse?type=program&order=ASC&rpp=20&value=Programa+de+P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Direito>);
* Recomendamos utilizar o ZOTERO, gerenciador de referências bibliográficas (manual disponível no site).

ATENÇÃO: obras que não foram consultadas não devem estar na lista de referências!

Exemplos de referências mais recorrentes:

**Livros**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. **Título do livro: subtítulo**. 5. ed. Cidade: Nome da editora, ano.

AYALA, P. de A. *Devido processo ambiental e o direito fundamental ao meio ambiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BOLZAN DE MORAIS, J. L.; SPENGLER, F. M. *Mediação e arbitragem*: alternativa à jurisdição! 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. de A. Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, jun. 2012. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/governanca-ambiental-e-economia-verde/10112>. Acesso em: 29 jan. 2025.

**Capítulos de livros**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados (Org.). **Título do livro**: subtítulo. 5. ed. Cidade: Nome da editora (em a palavra “editora”), ano. p. xx-yy. (páginas inicial e final do capítulo citado).

CIANCI, M.; MEGNA, B. L. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no Novo CPC: pontos de partida para o futuro*. In:* CABRAL, A. do P.; NOGUEIRA, P. H. *Negócios processuais*. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 659-682.

GOMES JR., L. M. Comentários ao art. 8º. *In*: GOMES JR., L. M.; GAJARDONI, F. da F.; FIGUEIREDO CRUZ, L. P.; CRUZ, L. P. de F.; CERQUEIRA, L. O. S. de. *Comentários à Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.* 2. ed. São Paulo: RT, 2011. p.96-125.

**Artigos em periódicos**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. Título do artigo. **Nome do Periódico**, Cidade, v. e/ou ano (ex.: ano 1), n. , p. xx-yy (páginas inicial e final do artigo), mês abreviado., ano.

SILVA NETO, F. de B. e. A conciliação em causas repetitivas e a garantia de tratamento isonômico na aplicação de normas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 240, fev. 2015.

ALMEIDA, R. S. C. de. Dos poderes dos deveres e da responsabilidade do juiz. *In*: WAMBIER, T. A. A. *et al*. (coord.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 446-463.

**Textos de publicações em eventos**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. Título. In: NOME DO EVENTO, número da edição do evento em arábico., ano em que o evento ocorreu, cidade de realização do evento. **Tipo de publicação** (anais, resumos, relatórios). Cidade: Editora, ano. p. xx-yy (páginas inicial e final do trabalho).

Exemplo: BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

**Dissertações/teses**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. **Título**: subtítulo. Ano. Dissertação/Tese (Mestrado em.../Doutorado em...) – Nome do programa de pós-graduação ou faculdade, Nome da instituição de ensino, Cidade, ano.

Exemplo: AGUIAR, A. A. *Avaliação da microbiota bucal em pacientes sob uso crônico de penicilina e benzatina.* 2009. Tese (Doutorado em Cardiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

**Páginas na internet**

SOBRENOME, Prenome e outros sobrenomes abreviados. Título. In: NOME DO SITE. Data da publicação. Disponível em: endereço do site. Acesso em: dia mês abreviado ano.

**Exemplo:**

BROSH, A. The Alot is Better Than You at Everything. In: HYPERBOLE AND A HALF. 13 abr. 2010. Disponível em: https://hyperboleandahalf.blogspot.com/2010/04/alot-is-better-than-you-at-everything.html. Acesso em: 6 fev. 2018.

UNITED STATES. Constitution of the United States [1787]. Sixth Amendment, 1791. *Constitution Annotated*. Disponível em: <https://constitution.congress.gov/constitution/amendment-7/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

**Documentos Legais e Juisprudência**

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 125, n. 192, p. 1-2, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997. Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei n. 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei n. 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9469.htm>. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 14704, 11 jul. 1997. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. *Diário Oficial Eletrônico*, p. 1, 13 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Portaria AGU n. 109, de 30 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a representação da União, nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais, pelas Procuradorias da União e, nas causas previstas no inc. V e parágrafo único do art. 12 da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 jan. 2007. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=200658#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da,pelas%20Procuradorias%20da%20Fazenda%20Nacional>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2ª Turma). Recurso Especial n. 1.071.741-SP (2008/0146043-5). Ambiental. Unidade de conservação de proteção integral (Lei n. 9.985/00). Ocupação e construção ilegal por particular no Parque Estadual de Jacupiranga. Turbação e esbulho de bem público. Dever-poder de controle e fiscalização ambiental do Estado. Omissão. Art. 70, § 1º, da Lei n. 9.605/1998. Desforço imediato. Art. 1.210, § 1º, do Código Civil. Arts. 2º, I e V, 3º, IV, 6º e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). Conceito de poluidor. responsabilidade civil do estado de natureza solidária, objetiva, ilimitada e de execução subsidiária. Litisconsórcio facultativo. Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recorrido: Fazenda do Estado de São Paulo. Advogado: Iara Alves Cordeiro Pacheco e outro(s). Recorrido: Marilda de Fátima Stankievski e outro. Advogado: sem representação nos autos. Recorrido: Aparecido Silviero Garcia. Advogado: Idaluci B C Sobreira. Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 25 nov 2009, *DJe* 16 dez. 2010. Disponível em: https://stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=4715617&tipo=0&nreg. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código do Processo Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CLII, n. 51, p. 1, 13 mar. 2015a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.140, de 26 de julho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 121, p. 4, 29 jul. 2015b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.303, de 30 de julho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CLII, n. 125, p. 1, 1º out. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm>. Acesso em: 29 jan. 2025.

Referências

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 14724:2025 –** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 6023:2025 –** Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 10520:2023 –** Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 6022:2018 –** Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 6028:2021 –** Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** **NBR 15287:2025 –** Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

BASTOS, C.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 8a. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 54 – 65.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 17a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 81 – 112.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1987. p. 99 – 135.

LEAL, E. J. M. **Um desafio para o pesquisador. A formulação do problema de pesquisa.** Contraponto, Itajaí, ano 2, n. 5, p. 227-235, maio/ago. 2002.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997. p. 29 – 89. (Coleção Práxis).

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. **Pesquisa Jurídica Aplicada**.1 ed. Florianópolis: Habitus, 2023.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 20a. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 43-54.